

Prêmio Nacional de Jornalismo
Dom Pedro Casaldáliga Pela Erradicação do Trabalho Escravo em Mato Grosso

O Prêmio Nacional de Jornalismo Dom Pedro Casaldáliga pela Erradicação do Trabalho Escravo em Mato Grosso é uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Estadual, e conta com o apoio da FENAJ -Federação Nacional de Jornalistas-, do SINDJOR -Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso-, da AMATRA23 -Associação dos Magistrados do Trabalho-, da Associação dos Promotores de Justiça do Estado e da Superintendência Regional do Trabalho/ SRTE/MT.

O objetivo da criação desse prêmio é fomentar a produção de reportagens que, de alguma forma, venham a contribuir para esclarecer o que é o trabalho escravo, os focos de sua ocorrência em Mato Grosso, os motivos pelos quais essa chaga social ainda persiste nos dias atuais, entre outros enfoques que façam com que a sociedade saiba mais sobre o assunto e para que haja uma mudança de cultura e de comportamento que auxiliem o poder público a erradicar esse crime.

O prêmio recebeu o nome de Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia, que em 1971 denunciou pioneiramente a existência de trabalho escravo no Brasil, na região noroeste de MT, também conhecida como "Vale dos Esquecidos". Em muito graças ao trabalho de Dom Pedro Casaldáliga, o Brasil acabou reconhecendo a existência desse problema internamente e perante as organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, como a OIT e a ONU, passando a combater essa prática criminosa por intermédio do grupo móvel nacional do Ministério do Trabalho e Emprego.

Dom Pedro Casaldáliga, então bispo de São Félix do Araguaia, em setembro de 1970, escreveu uma denúncia do trabalho escravo, com o título "*Feudalismo e escravidão no Norte do Mato Grosso*" e em outubro de 1971, na ocasião da sua sagração episcopal, lançou a carta pastoral "*Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*", na qual incluiu também esse documento denuncia. Ele chamou a carta pastoral como "O Grito da Igreja da Amazônia", que denunciava ao mundo que o "sertanejo é a vítima da ganância alheia, da inconsciência dos patrões, da exploração dos trêfegos políticos que na região aparecem de eleição em eleição (...). Esse infeliz, sobejo das pragas e das verminoses, vive na penumbra de um futuro incerto. Indiferentemente a tudo, eles vão ganhando o pão de cada dia, pois para eles só existem dois direitos: o de nascer e o de morrer."

As melhores matérias jornalísticas vão concorrer a prêmio em dinheiro cuja origem é de ações judiciais e termos de ajustamento de conduta, nas quais se previu a obrigação de empregadores em pagar indenização a título de danos morais coletivos. No total será destinada a importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), divididos para as seguintes categorias: rádio 40 mil reais, televisão 40 mil reais, jornal impresso 40 mil reais, revista 40 mil reais e site de notícia 20 mil reais, para o primeiro colocado. Os segundos colocados em cada categoria serão premiados com notebooks.

Essa é uma forma que as entidades organizadoras do concurso encontraram para reverter parte das indenizações coletivas em prol da formação da opinião pública a respeito do trabalho escravo, por intermédio dos meios de comunicação que têm papel fundamental nesse processo de transformação da realidade social vivida em Mato Grosso.

O lançamento do *Prêmio Nacional de Jornalismo Dom Pedro Casaldáliga Pela Erradicação do Trabalho Escravo em Mato Grosso* ocorreu, dia sete de agosto de 2008, no Auditório do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e contou com a presença de jornalistas e autoridades do Poder Judiciário Trabalhista, Promotores de Justiça, de Procuradores do Trabalho e da Superintendência Regional do Trabalho, sindicalistas e diretores do Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso.

A entrega dos prêmios será feita no dia 11 de março de 2009, pelos componentes da Comissão Julgadora das reportagens.

A inscrição das matérias deverá ser feita via internet no seguinte endereço www.mp.mt.gov.br, preenchendo-se uma ficha de inscrição e consultando-se todo o regulamento do prêmio. Maiores informações poderão ser obtidas nos telefones:

(65) 3613 9140 (Ministério Público do Trabalho) ou (65) 3613 1632 (Ministério Público do Estado de Mato Grosso).